

Disciplina PCA 5043 - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - PROCAM
Justiça Climática, Cidades e Desigualdades Ambientais

Fichamento: Regiane Tiemi Teruya Yogui, 27/09/2022

Isabela Carmo Cavaco, 29/09/2022

Climate Justice in a Climate Changed World

Autores: Libby Porter, Lauren Rickards, Blanche Verlie, Karyn Bosomworth, Susie Moloney, Bronwyn Lay, Ben Latham, Isabelle Anguelovski & David Pellow

Publicado em 30 de abril de 2020 - Teoria e Prática de Planejamento

O Artigo tem sete textos de diversos autores, conforme resumos abaixo:

Pensando justiça climática

Libby Porter é professora do Centro de Pesquisa Urbana da Universidade RMIT. Seu trabalho tem contribuído para entendimentos críticos da terra e da propriedade, a relação entre os direitos indígenas no planejamento e no desenvolvimento urbano, bem como os efeitos de deslocamento da regeneração urbana, da governança urbana e da política de informalidade urbana.

Pg. 1 - Contexto: Origem – Sudeste da Austrália, refere-se às terras da nação Kulin, agora chamada Melbourne, “novo normal” viver em um mudou onde o clima mudou, tendo em vista as queimadas sem precedentes que tomaram conta da Austrália.

Foram 115 mil quilômetros quadrados de matas e florestas, matando 30 pessoas e destruindo milhares de casas.

Para a autora a Justiça climática é um quadro de intersecção entre as mudanças climáticas e as desigualdades sociais, são vivenciadas como violência estrutural e cada vez mais fazem conexão com os direitos humanos, onde a sobrecarga recai desproporcionalmente sobre os mais pobres.

Justiça climática – má distribuição global dos impactos das mudanças climáticas, entre nações em desenvolvimento sendo sobrecarregadas dos efeitos enquanto as nações desenvolvidas enquanto maiores produtores das emissões, redistribuem os efeitos dos danos.

Na interface foram reunidos estudiosos, educadores, praticantes e ativistas para considerar a justiça climática nas questões de planejamento em setores chave – habitação e planejamento de adaptação, para uma discussão sobre as questões críticas, abordagem mais ampla e profunda sobre as questões de planejamento menos óbvias ou que estejam explicitamente discutidas nos debates sobre justiça climática:

Como os problemas de justiça climática são enquadrados?
Como o conhecimento é gerado e disseminado?
Como e para quem as decisões são tomadas?

A interface reúne além do texto introdutório de Libby Porter, os seguintes textos que serão resumidos a seguir:

Usando e interrogando privilégios para Progresso na Justiça Climática

Lauren Rickards é professora associada e co-líder do programa transformações de mudanças climáticas no Centro de Pesquisa Urbana da Universidade RMIT. Ela ensina planejamento urbano, ciências sociais e outros alunos sobre mudanças climáticas.

Sobre a desigualdade, o texto aborda dois grupos aqueles que se beneficiaram do desenvolvimento econômico baseado nos combustíveis fósseis e na colonialidade. Esse grupo, inclui os bem-posicionados para se adaptar aos efeitos colaterais negativos, que provavelmente incluem os leitores e autores da revista.

O segundo grupo, população muito maior e mais diversificada, explorada e sacrificada nos processos de desenvolvimento que originaram as mudanças climáticas. Estão vulneráveis à carga adicional dos efeitos das mudanças do clima sobre a economia capitalista, contribuem menos nas causas da mudança climática, mas sofrerão os piores efeitos.

O Relatório do IPCC, 1,5 Graus – pontua questão de ética, apelando para que a sociedade aborde os direitos humanos dos despossuídos.

O Relatório Mudanças Climáticas e a Terra pontua – complexidade ética – impactos e respostas de mitigação e adaptação.

O IPCC – enraizada na literatura acadêmica, falta de capacidade institucional em muitas partes do mundo – alguns lugares são subpesquisados, levando a uma impressão enganosa de que a mudança climática está tendo pouco efeito = inequidades na comunidade global de pesquisa podem agravar a desvantagem de certas áreas e grupos.

A "verdade inconveniente" da mudança climática surgiu de mãos dadas com a "política pós-verdade" na qual qualquer pessoa em qualquer lugar, incluindo aqueles com profundos interesses investidos, pode supostamente argumentar pelo que quer ser verdade.

Injustiça climática intergeracional dentro da Profissão de Planejamento Urbano

Blanche Verlie é educadora e pesquisadora de mudanças climáticas. Seu Doutorado Emaranhamentos Afetivos: Aprendendo a Viver com a Mudança Climática explorou as experiências emocionais e incorporadas de seus alunos de graduação de um curso de um semestre sobre mudanças climáticas. Atualmente é Pesquisadora de Pós-Doutorado no Instituto de Meio Ambiente de Sydney na Universidade de Sydney, onde continua trabalhando nas intersecções do feminismo, justiça climática, educação e política das emoções.

A autora narra sua experiência como professora de alunos de graduação dos cursos de meio ambiente e de planejamento, no qual o segundo grupo são menos preocupados com as mudanças climáticas do que o primeiro. Em uma atividade geralmente aplicada aos alunos de meio ambiente, experimentou que o grupo de estudantes de planejamento trouxeram imagens semelhantes entre os dois grupos.

Para os estudantes de planejamento – há crença de que o meio ambiente é irrelevante para o planejamento urbano – apatia climática.

O entendimento e sentimento da autora sobre o planejamento urbano é que tais profissionais projetam os espaços urbanos mas não se consideram como cidadãos incorporados do espaços.

A autora indaga sobre justiça climática intergeracional, quando essa cultura impede que muitos planejadores se sintam capazes de expressar publicamente e responder às suas preocupações sobre as mudanças climáticas.

Acredita ainda que o planejamento urbano perpetua a injustiça intergeracional dentro da profissão ao não permitir que jovens planejadores se identifiquem como pessoas que simultaneamente planejam cidades, bem como as habitam, agora e no futuro. Isso impede que os alunos sejam capazes de identificar, expressar e discutir seus sentimentos sobre as mudanças climáticas. Isso, por sua vez, limita sua capacidade de desenvolver relações autênticas com os pares e gerenciar sua própria angústia climática.

O Intercâmbio de mudanças climáticas: Um experimento em justiça climática relacional

Karyn Bosomworth é pesquisadora sênior, co-líder do grupo de pesquisa transformações climáticas do Centro de Pesquisa Urbana da RMIT e co-fundadora do The Climate Change Exchange.

Susie Moloney é Professora Associada do programa Sustentabilidade e Planejamento Urbano e membro do Centro de Pesquisa Urbana (CUR), Da Universidade RMIT. Sua pesquisa se concentra na sustentabilidade urbana, planejamento e mudanças climáticas e nas implicações para a política e a governança, particularmente na escala local e regional.

Bronwyn Lay é coordenador de Justiça Ecológica para Serviços Sociais Jesuítas e do Intercâmbio de Mudanças Climáticas na Universidade RMIT. Com experiência em direito penal e de família, concluiu seu doutorado em governança terrestre internacional e direito ambiental na European Graduate School em 2014.

Os autores, pesquisadores de ciências sociais preocupados com a justiça climática e questões associadas de governança, tomada de decisões e políticas públicas, trabalham na interface da pesquisa e da prática política. Trabalham com uma gama de profissionais dentro do governo estadual, local e autoridades hídricas, serviços comunitários e organizações de saúde e outras entidades não governamentais, observaram uma crescente necessidade por orientações e práticas sobre como utilizar dados na concepção e implementação de estratégias, políticas e iniciativas de mudanças climáticas.

O Intercâmbio é um consenso sobre a necessidade de relações saudáveis e críticas entre profissionais e pesquisadores que possam lidar com futuros incertos juntos, identificar pesquisas que importem para os profissionais e outras boas práticas.

Os pesquisadores observaram lacuna para parcerias sustentadas e de longo prazo, aprender a realmente fazer adaptação e mitigação sustentáveis e justas.

Abordam questões de equidade climática e justiça e como os impactos das mudanças climáticas revelam a construção social política de vulnerabilidades, insustentabilidade e injustiças, identifica "lacuna" parcerias sustentada e de longo prazo - aprender a "fazer" adaptação e mitigação sustentáveis e justas.

Co-aprendizagem o maior "impacto" pode ser o livre compartilhamento de conhecimento, recursos ou em apenas ser um amigo confiável e crítico.

Pesquisa de ação participativa, coprodução e colaboração

Os impactos das mudanças climáticas levantam uma infinidade de complexidades para os formuladores de políticas e tomadores de decisão e, muitas vezes, desafios inesperados.

Nossas casas não suportam o calor

Ben Latham é conselheiro político do Conselho Vitoriano de Serviço Social, com foco em como as mudanças climáticas estão afetando pessoas vulneráveis que vivem na pobreza. Ele é apaixonado pela eficiência energética e tecnologia renovável que está sendo compartilhada com os vitorianos que enfrentam desvantagem, além de garantir uma transição justa para os trabalhadores da indústria de combustíveis fósseis. Ben se mudou recentemente da Austrália Ocidental, onde se especializou em campanhas políticas e políticas.

A partir do exemplo da localidade de Mildura, onde a população enfrenta calor acima de 34°C, piorando a cada ano e com o calor ampliando para outras localidades.

Discute o impacto do calor sobre as populações mais pobres que não tem condições para arcar com o alto custo de energia e o direito de habitações seguras e confortáveis como direito humano básico.

As decisões de planejamento podem aumentar drasticamente a eficiência energética das casas e facilitar o acesso a energia renovável, por exemplo acesso à energia solar, construções com isolamento térmico, independentemente da capacidade de pagamento. Esses resultados podem evitar que pessoas vulneráveis sofram de desconforto térmico e garantir que sua desvantagem financeira não seja exacerbada.

Rumo a uma Justiça Climática Urbana Emancipatória através da adaptação?

Isabelle Anguelovski é Diretora do BCNUEJ (Laboratório de Justiça e Sustentabilidade Ambiental Urbana de Barcelona) e Professora de Pesquisa do ICREA na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Sua pesquisa examina até que ponto os planos urbanos e as decisões políticas para cidades mais justas, resilientes e sustentáveis. Ela examina como os processos de justiça ambiental podem levar a novas formas de usos locais indesejados da terra em comunidades de cor e bairros de baixa renda.

David Pellow é presidente da Dehlsen e professor de Estudos Ambientais e Diretor do Projeto global de Justiça Ambiental na Universidade da Califórnia, Santa Bárbara. Seu enfoque de ensino e pesquisa na justiça ambiental e ecológica nos EUA e globalmente. Ele trabalha com inúmeras organizações focadas em melhorar os ambientes de vida e trabalho para pessoas de cor e outras comunidades marginalizadas.

A comunidade climática reconhece a injustiça tripla nas comunidades de baixa renda, classe trabalhadora, pessoas de cor e comunidades de imigrantes.

Enfoque – fracasso da prática atual de adaptação climática urbana, abordando:

– Dominação persistente, estrutural, subordinação e desigualdades sociais e

- construir práticas emancipatórias para reparar danos e traumas, assim como preveni-los para os grupos historicamente marginalizados.

Falhas:

- Históricas – acúmulo de capital racializado e orientado por classes, exploração de moradores vulneráveis
- Gentrificação climática

Para avançar na justiça climática emancipatória é necessário a participação dos pesquisadores e profissionais por meio de intervenções de adaptação que abordam desigualdades e afastamento da hegemonia do capitalismo e neoliberalismo de classe alta.

Dar visibilidade e garantir capacidades mais amplas de indivíduos e grupos marginalizados ou oprimidos para o alcance de prosperidade, bem estar e segurança.

Decolonising Climate Change Adaptation

Libby Porter, Karyn Bosomworth, Susie Moloney, Blanche Verlie e Bronwyn Lay

Contexto – Incêndio em 2020 na Austrália – milhares de animais mortos, espécies vegetais e 30 pessoas.

Frisam a decolonialidade como conceito essencial para falar de justiça climática.

“Inquérito crítico para entender como a adaptação está enraizada nas tendências de colonialidade”

A colonialidade como contribuinte histórico e as vulnerabilidades atuais, que ignora vozes indígenas.

Aceita premissa ecofeminista em que as crises ambientais são um produto do capitalismo, colonialidade e patriarcado.

Repensar a reconstrução, realocação e reconstituição de locais destruídos por desastres induzidos pelo clima e a oportunidade de devolver a terra aos proprietários tradicionais.

• Metodologia e Teoria utilizada - ou que os autores dialogam

A autora principal reuniu na Interface, diversos autores da área de planejamento e justiça ambiental e climática, alguns deles, autores do Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC, que a partir de suas pesquisas, discutem e promovem críticas e perspectivas sobre as questões de planejamento frente à adaptação às mudanças climáticas, sob a ótica da justiça e injustiças climáticas, além das questões de desigualdades de base existentes nas populações já vulnerabilizadas, seja pelas condições de marginalização econômicas, sociais, raciais, de gênero e indígenas.

• Conclusões dos autores

Os incêndios sem precedentes que ocorreram na Austrália, em 2019/2020, embora tenha sido um evento catastrófico e devastador, que levou a morte de milhares de espécies animais e vegetais, deram materialidade às mudanças climáticas levando à sensibilização quanto à necessidade de preparação e adaptação. Nesse cenário, observou-se não somente as vulnerabilidades já existentes, entre outras até então não diagnosticadas que só um evento nessa magnitude tornam-se aparentes.

E por isso, os autores especialistas e estudiosos em planejamento, abordam as questões críticas emergentes decorrentes das mudanças climáticas, como o desenvolvimento e ampliação de pesquisas/pesquisadores despojados de interesses pessoais/políticos, na formação de profissionais de planejamento com visão de enfrentamento/preparação aos efeitos do aquecimento global, o intercâmbio com vistas a instituição de relações perenes e confiáveis, à preparação, adaptação para os efeitos do aquecimento global, promover direito humano básico à habitações e acesso à energia limpa e de baixo custo, além de crítica à perpetuação do modelo colonial na adaptação.

● 3-5 Citações que mais lhe chamaram atenção indicando a página, de preferência relacionadas a ideias centrais/metodologia ou teoria.

Página 297

“Wielding their wealth and hold on the media, this group peddles an anti-intellectualism that dismisses academics and experts as “as one more cog in the establishment machine that allegedly suppresses free speech and imposes political correctness”, “silencing the voices of ‘ ordinary’, ‘ everyday’, ‘ real’ people” (Lockie, 2017)

Página 299

“One particularly creative one that has stuck with me was a crumpled A4 page with a small note explaining that “the planet is like a piece of paper: if you crush it, you can try to put it back together, but it will never be the same”. Behind the dominant class atmosphere of numbness, it seems many were indeed distressed.”

“Working with climate-distressed people will be a key task for planners in the future, so it makes sense that our young planners should be developing the skills needed to engage with their own emotions and with the emotions of others.”

Pg. 304

“Learning from failures is often neglected in public sector work”

Pg. 306

“There are many challenges to tackling climate injustice, but here I focus on extreme heat because the planning system should play a major role in alleviating the harm extreme heat causes to people living in poverty, especially when safe and comfortable housing is a basic human right.”

Pg. 312

“Overall, to think of prosperity, wellbeing, and security within an emancipatory urban climate justice framework, it is critical for scholars, policy makers, and community-based advocates to support urban climate adaptation. This means understanding that specific communities, populations, and geographies are systematically overburdened with climate disruption and other environmental injustices, historically underserved with respect to access to basic services and needs, and politically and economically marginalized. These communities are most impacted by our climate crisis and must therefore be at the center of efforts to devise and implement solutions to these challenges.”